



Anais da Assembléia

N.º 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1.983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 76.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1.983

(Segunda-Feira)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Amélia Hruschka.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Cafo Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irandi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57), achando-se em licença o senhor deputado Ervin Bonkoski (01).

Verificada a existência de número legal, o sr. presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Estão em votação as atas que acabam de ser lidas.

O SR. PAULO FURIATTI — (Pela Ordem) Sr. presidente, requeiro verificação de "quorum" para aprovação da ata.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos srs. deputados, antes da votação da ata.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos srs. deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Havendo número legal, atendendo o requerido pelo sr. deputado Paulo Furiatti, estão em votação as atas que foram lidas. — Aprovadas.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne nesta Casa,

um voto de pesar pelo falecimento de José de Paula, pai dos senhores diretores da Empresa "Armarinhos Paraná Santa Catarina" de Apucarana, sito à Av. Curitiba, 1716.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Diomira Molleta Fogiatto, deixando viúvo o sr. Valentim Fogiatto e um filho, Ramiro. A extinta era irmã do sr. Affonso Antônio Moletta, pessoa bem relacionada no Município de São José dos Pinhais.

Requeiro também à Mesa desta Casa, que se dê ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de congratulações ao dr. Alberto Garcez Duarte, por sua eleição à presidência da Acepar.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que esta Casa manifeste na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de regozijo pela passagem do "Dia do Padre", ontem transcorrido, como justa homenagem dos representantes de um povo predominantemente católico à figura extraordinária que o sacerdote representa em nossa terra desde os primórdios do Descobrimento até os dias atuais como inconteste líder comunitário.

Requer ainda, que cópia dessa manifestação seja enviada às principais autoridades eclesiais de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A data de ontem, 07 de agosto, foi dedicada ao "Dia do Padre". Trata-se de uma dessas efemérides desapercibida da maioria, cujos festejos são restritos a um segmento menor da sociedade. Isto porque, no conturbado mundo em que vivemos, dominado por um crescente materialismo, o homem vai perdendo contato com aquelas coisas que um dia chegaram a ser tão preciosas e admiráveis e que cercavam a sua vida espiritual.

Fazemos o registro para prestar justa homenagem que o médico das almas merece, aquela figura piedosa que nos ungiu no primeiro sacramento do batismo, e que nos encaminha ao Senhor no derradeiro instante da extrema-unção.

E o fazemos, sob a inspiração do mais sincero respeito e admiração pelo trabalho extraordinário que o Padre ofereceu à nossa Pátria, desde a alvorada da Nação, na Primeira Missa, até os dias contemporâneos como inconteste líder extremamente preocupado com as graves vicissitudes que as populações sofrem, defendendo direitos, condenando as injustiças e pro-

clamando a necessidade imperiosa de uma estrutura cristã, único caminho para nos salvar de inevitável convulsão social.

Em um País com predominância católica quase absoluta, o Padre representa um importante guia, sem predeterminação política, isento de paixões ideológicas, mas devotado exclusivamente a atingir os males humanos, oferecendo o bálsamo da fé quando todos os remédios da ciência e da tecnologia já fracassaram.

Guia inconfundível da esperança, porta-voz eterno de Cristo, a figura do Padre transcende os tempos e assoma o altar da nossa veneração mais querida. Nele evocamos o mártir, o Padre sábio, o Padre guerreiro, o Padre libertador, o Padre santo, na imensa versatilidade de sua atuação no longo da história da humanidade.

Ao assinalarmos a data, queremos renovar nossa confiança nos destinos de um Brasil cristão, num Brasil católico, cerne sólido e indestrutível de um povo que não se alquebra diante das mais terríveis crises, alimentado pelo pão do amor cristão e conduzido através dos caminhos inundados de luz pela igreja do Senhor Cristo.

Neste ano, consagrado às vocações sacerdotais, o "Dia do Padre", deve constituir um motivo de maior reflexão da família brasileira. O número de sacerdotes que possuímos não corresponde, a exemplo do que ocorre em outros países, à população católica que é a maior do mundo. Lamentavelmente, sob a opressão de instrumentos asfixiantes do materialismo comunista, legítimas vocações são sufocadas e impedidas de prestar sua contribuição à comunidade. A semente vocacional existe nas almas juvenis como já afirmava Dom Bosco. Falta apenas o estímulo dos pais e da sociedade para que elas brotem e vicejem com todo o vigor, para a realização pessoal dessas bondosas criaturas escolhidas para o admirável serviço de Deus.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER nos termos regimentais, que se consigne nesta Casa um voto de agradecimento à sra. Alexandrina Sessak, que coordenou uma campanha de ajuda aos flagelados do Sul, onde foi auxiliada pelo: Lions, Rotary, Club dos Logistas, Associação das Senhoras Rotarianas de Apucarana, onde, sem medir esforços, foram conseguidos arrecadar bens e mantimentos para os flagelados.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Assembléia, um voto de congratulações ao Partido dos Trabalhadores pela demonstração de civismo e coragem patriótica manifestado na defesa intransigente dos ideais de liberdade, justiça e democracia, que são inevitavelmente os mais profundos anseios deste aviltado povo brasileiro.

A proposta do PT de uma luta sem trégua pelo restabelecimento pleno das liberdades democráticas e pela liberdade do povo em acusar, repudiar e condenar esse estado de coisas, que campeia em um governo imposto pela força, mantido por casuísmos e pelo arbítrio e que — desminta quem o puder — tivesse o povo o direito livre ao voto, seria publicamente condenado pela massa, hoje acorrentada, da população livre deste País, que deseja a ordem, a justiça e exige, como condição primeira para ser governado, a decência e a honestidade de seus governantes.

Ao sr. Luiz Inácio "Lula da Silva, presidente do Partido

dos Trabalhadores, seja encaminhado o pronunciamento desta Casa, que antes de quaisquer injunções partidárias, deve ser a trincheira contra os casuísmos, os continuísmos, as negociatas nacionais e internacionais, que um governo alienado e incapaz utiliza para entregar este pobre Brasil à mercê de interesses espúrios, dos quais o FMI é apenas mais um dos instrumentos.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

APOIAMENTO: Tadeu Lúcio Machado, Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, José Antônio Fonseca, Roberto Requião, Paulo Furiatti, Trajano Bastos e Caíto Quintana.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata um voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 10, do 129.º aniversário da Polícia Militar do Paraná, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo sr. coronel Raul Victor Lopes, DD. comandante geral daquela Corporação.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Criada pela Lei número 07, de 10 de agosto de 1.854, surgiu a atual Polícia Militar do Estado, então com o nome de Companhia de Força Policial, integrada por apenas 67 homens.

Os primeiros anos foram muito difíceis, mas ainda assim, a PM conseguiu se firmar sendo hoje 1 das principais corporações do Brasil que merece nosso aplauso pelo seu esforço em dar segurança e tranquilidade ao povo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, com conseqüente encaminhamento da decisão ao Congresso Nacional, de um voto de repúdio ao Decreto-Lei Federal número 2045/83.

Tal manifestação se faz necessária em virtude da violência com que tais medidas se impõem no dia a dia dos trabalhadores brasileiros, com suas conseqüências inevitáveis do aumento da miséria em nosso País.

É dever desta Casa, colaborar no sentido de coibir medidas desta natureza, para que a já sofrida população brasileira, não se veja atingida por iniciativas personalistas e unilaterais, evitando-se assim maiores sacrifícios e sofrimentos por parte da mesma.

Este é o momento certo, para que os legítimos representantes do povo, unam seus esforços na defesa dos direitos dos seus representados.

Dê-se ciência aos presidentes da Câmara Federal e Senado da República, bem como às lideranças naquelas Casas.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário o encaminhamento de solicitação oficial dirigido ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de viabilizar estudos para o asfaltamento das estradas KL-001 (Peabiru - Quinta do Sul) e KL-002 (Peabiru - Barbosa Ferraz), no Município de Peabiru.

De iniciativa do sr. Nelson Proença, prefeito municipal, tal pedido vem de encontro às necessidades mais atuais da

população daquele município, pois, se tratando de uma região bastante produtiva, há a premência do asfaltamento das referidas estradas, tendo em vista a maior rapidez e facilidade do escoamento da produção agrícola.

Com efeito, tem havido grande dificuldade de tráfego nas estradas já citadas, ainda mais se levarmos em conta as chuvas abundantes que sobre o município se abateram durante o mês passado, agravando as já precárias condições de circulação entre estas três progressistas cidades de nosso Estado.

Sendo assim, contamos com a necessária ajuda do titular da Pasta dos Transportes em nosso Estado com o objetivo de tornar realidade as aspirações da população de Peabiru.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à excelentíssima senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de viabilizar estudos para a liberação de verbas, destinadas à Escola Cenecista Felipe Camarão, no Município de Araruna.

Atendendo solicitação do diretor da Escola Cenecista Felipe Camarão, sr. Antônio Laércio Swaigen, tal pedido visa atender a necessidade premente de verba destinada àquele estabelecimento de ensino, no sentido de quitar as folhas de pagamento em atraso desde o mês de abril.

Levando em conta que para uma boa qualidade de ensino, há a necessidade de que os professores estejam sendo remunerados devidamente, a destinação de verba àquele estabelecimento de ensino viria solucionar em parte a problemática que a diretoria da Escola em questão, está enfrentando. Ainda, segundo a diretoria da Escola, um auxílio na ordem de Cr\$.. 500.000,00, já daria uma boa ajuda, com relação à quitação dos pagamentos atrasados.

Pelo exposto, achamos da maior importância e urgência a liberação de verba destinada a este estabelecimento de ensino, situado no Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de destinar verbas ao Município de Mariluz.

De iniciativa do sr. Manoel Neto de Lima, presidente municipal do PMDB, tal medida visaria atender os moradores daquela cidade, dando condições ao asfaltamento parcial da Av. Marília, em Mariluz.

Indiscutivelmente a obra faz-se necessária (inclusive a restauração do trecho já pavimentado), como complementação urbanística da principal artéria de comércio daquela cidade.

Cumpra esclarecer que o município, afogado em graves dificuldades financeiras, não dispõe de verba nem de equipamento necessários à execução de tal projeto.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ofício ao sr. dr. Espedito Fausto Dacheux Pereira, DD. diretor geral do DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento,

solicitando providências no sentido de ser feita uma drenagem no Rio "Ribeirão Caviúna", no Município de Apucarana - Pr., uma vez que o mesmo se encontra em mal estado para dar continuidade ao abastecimento normal de água naquele município.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o pronunciamento favorável desta Casa em favor da concessão de financiamento especial para aquisição de carro à álcool, nos mesmos moldes do concedido aos taxistas, para viajantes comerciais e corretores de imóveis, duas importantes categorias profissionais que ponderável contribuição prestam ao desenvolvimento do País.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Durante o Primeiro Encontro Regional Sul de Viajantes, ocorrido a 23 de julho na cidade de Cascavel, promovido pela Avopar - Associação de Viajantes do Oeste do Paraná, foram debatidos os principais problemas que afetam à categoria profissional. Dentre as reivindicações levantadas, constou a obtenção de financiamento para compra de carro à álcool, nos moldes do sistema estabelecido para os taxistas e que grandes benefícios vêm proporcionando a estes últimos.

Reconhecemos no viajante comercial uma classe que preciosa contribuição presta ao longo da história de nossa terra, ao desenvolvimento. Incorpora-se ao processo de desbravamento bandeirantista, se lembrarmos os inauditos sacrifícios que representava uma viagem aos mais distantes rincões desprovidos de qualquer conforto. Péssimas estradas, alojamentos inadequados, intempéries e toda sorte de riscos compunham um quadro hostil ao exercício de tão abnegada profissão.

Daquela odisséia restou ainda insignificativo segmento que embora hoje desfrute das comodidades que o progresso trouxe, está oprimido pelo alto custo de vida e sofre a concorrência dos meios de comunicação modernos que aproximam produtor e consumidor sem a intermediação do tradicional viajante comercial.

É, portanto, justa a aspiração acalentada pela entidade de classe dos viajantes comerciais e, com ela solidários, propomos que o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, conceda o financiamento pleiteado.

Na mesma moção, solicitamos que esta Casa proponha idêntico benefício aos corretores de imóveis, outra importante categoria, que presta relevante contribuição ao desenvolvimento, mas que, atualmente, passa por difícil conjuntura diante da recessão econômica que está afetando seriamente o setor imobiliário.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor desembargador Alceu Conceição Machado, DD. presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a importância da instalação da Comarca de Rio Branco do Sul, com brevidade.

O atendimento à reivindicação — recentemente enfatizada na Câmara de Vereadores do próspero município pelo empenhoso e dinâmico vereador Abel Leonel Bonfim Faria, em abalizado requerimento aprovado, unanimemente, por aquela Casa de Leis - se constituirá em medida de notável alcance social e proporcionará celeridade na solução de questões relacionadas

com pessoas ali estabelecidas.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 107/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APMI — ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ARARUNA, com sede e foro no Município de Araruna.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do sr. Genésio Marques de Souza, secretário municipal da Prefeitura de Araruna, visa o presente a viabilização da assistência social, voltada à proteção da maternidade e infância, através da construção de uma creche, nesta cidade.

No Município de Araruna, desde o ano de 1964, vem esta entidade prestando inestimáveis serviços à população, o que, inclusive, já lhe granjeou a declaração de utilidade pública municipal (Lei Municipal número 464/77).

A documentação anexa, comprova os requisitos essenciais exigidos pela Lei número 6994, para que a mesma possa ser considerada de utilidade pública a nível estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres parlamentares, através do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N.º 108/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar em estabelecimentos pertencentes à rede de ensino, que contem com mais de duzentos (200) alunos, o Serviço Social junto à escola.

Art. 2.º — A coordenação, planejamento e execução do serviço a que se refere o artigo primeiro desta lei, caberá a bacharéis em Serviço Social, obedecida a regulamentação da profissão.

Art. 3.º — O Serviço Social Escolar, através de seus representantes e sob a supervisão dos respectivos diretores, atuará no sentido de proporcionar à Escola uma visão ampla da realidade social que se integra o aluno, dinamizando e orientando as relações entre a escola, a família e a comunidade, das normas que regulamentam a profissão de Assistente Social.

Art. 4.º — Ouvido o Conselho Regional de Assistentes Sociais e Associação profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, caberá à Secretaria de Estado da Educação, dentro de um prazo de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, regulamentar a sua execução.

Art. 5.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento do Estado.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1.983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Apoio: Artagão Mattos Leão, José Antônio Fonseca, Sabino Campos, Homero Oguido e Nilso Sguarezi.

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se a educação de um tema de cunho eminentemente social, é inegável o papel que cabe ao bacharel em Serviço Social, pois o perfeito entrosamento entre os papéis que desem-

penha na escola, na família e na comunidade é que irá, em última análise, nortear as atitudes do estudante na sociedade e condicionar o seu aproveitamento no aprendizado.

Num País com problemas sociais do quilate que o Brasil os tem chega a ser utópica a proposição de um sistema de ensino onde não se leve em conta, primordialmente, a comunidade, e sem a menor dúvida, as condições em que as famílias vivem, ou sobrevivem. Este fator é tanto mais importante quanto mais baixa a renda da camada populacional de que se origina o aprendiz.

Por outro lado, os recursos humanos para a realização de uma tarefa de tal magnitude encontram-se à disposição dos dirigentes na forma de profissionais de nível universitário, formados nas diversas Faculdades de Serviço Social existentes no Estado.

É de estarrecer que, com problemas sociais tão graves que assolam nas diversas camadas, a população deste Estado, cerca de 50 por cento dos profissionais formados não tenham um mercado de trabalho que os absorva.

Nestas condições, anexando cópias do memorial que a Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná tem distribuído a diversas autoridades, julgamos plenamente justificado o presente plano de lei, para o qual contamos com o indispensável apoio nesta Casa.

PROJETO DE LEI N.º 109/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO BRÁS, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública está devidamente registrada sob o número 3285, do Livro A-2, do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital.

A Associação dos Moradores de São Braz tem por finalidade congregar os moradores do Bairro de São Braz e estimular-lhes a união e a solidariedade, promovendo através do estudo e identificação dos problemas e necessidades as maneiras e procedimentos adequados para a solução dos mesmos: trabalhar para o melhoramento do bairro nos setores social, cultural, esportivo e recreativo.

Desta forma apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Edgard Pimentel, inscrito.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Sr. presidente, srs. deputados. (Lê):

A data de ontem, 07 de agosto, foi dedicada ao "Dia do Padre". Trata-se de uma dessas efemérides despercebida da maioria, cujos festejos são restritos a um segmento menor da sociedade. Isto porque, no conturbado mundo em que vivemos, dominado por um crescente materialismo, o homem vai perdendo contato com aquelas coisas que um dia chegaram a ser tão preciosas e admiráveis e que cercavam a sua vida espiritual.

Fazemos o registro para prestar justa homenagem que o médico das almas merece, aquela figura piedosa que nos ungiu

no primeiro sacramento do batismo, e que nos encaminha ao Senhor no derradeiro instante da extrema-unção.

E o fazemos, sob a inspiração do mais sincero respeito e admiração pelo trabalho extraordinário que o Padre ofereceu à nossa Pátria, desde a alvorada da Nação, na Primeira Missa, até os dias contemporâneos como inconteste líder extremamente preocupado com as graves vicissitudes que as populações sofrem, defendendo direitos, condenando as injustiças e proclamando a necessidade imperiosa de uma estrutura cristã, único caminho para nos salvar de inevitável convulsão social.

Em um País com predominância católica quase absoluta, o Padre representa um importante guia, sem predeterminação política, isento de paixões ideológicas, mas devotado exclusivamente a atingir os males humanos, oferecendo o bálsamo da fé quando todos os remédios da ciência e da tecnologia já fracassaram.

Guia inconfundível da esperança, porta-voz eterno de Cristo, a figura do Padre transcende os tempos e assoma o altar da nossa veneração mais querida. Nele evocamos o mártir, o Padre sábio, o Padre guerreiro, o Padre libertador, o Padre santo, na imensa versatilidade de sua atuação no longo da história da humanidade.

Ao assinalarmos a data, queremos renovar nossa confiança nos destinos de um Brasil cristão, num Brasil católico, cerne sólido e indestrutível de um povo que não se alquebra diante das mais terríveis crises, alimentado pelo pão do amor cristão e conduzido através dos caminhos inundados de luz pela igreja do Senhor Cristo.

Neste ano, consagrado às vocações sacerdotais, o "Dia do Padre", deve constituir um motivo de maior reflexão da família brasileira. O número de sacerdotes que possuímos não corresponde, a exemplo do que ocorre em outros países, à população católica que é a maior do mundo. Lamentavelmente, sob a opressão de instrumentos asfixiantes do materialismo comunista, legítimas vocações são sufocadas e impedidas de prestar sua contribuição à comunidade. A semente vocacional existe nas almas juvenis como já afirmava Dom Bosco. Falta apenas o estímulo dos pais e da sociedade para que elas brotem e vicejem com todo o vigor, para a realização pessoal dessas bondosas criaturas escolhidas para o admirável serviço de Deus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. presidente, senhoras e senhores deputados.

Vou trazer a esta Casa um breve e sucinto relatório da nossa viagem a Brasília, representando a União Parlamentar Interestadual, quando lá discutimos os primeiros itens para a possível reforma tributária, que será finalmente discutida no último dia 18, quando vai ser proposta uma emenda constitucional emergencial para o início, para vigorar já no início de 84, a partir de primeiro de janeiro.

Portanto, quero solicitar desta presidência que considere como lido o nosso trabalho apresentado perante a Comissão Nacional de Reforma Tributária.

Era só, Sr. Presidente.

(trabalho do sr. deputado Rubens Bueno, considerado como lido da tribuna pelo sr. presidente Trajano Bastos).

REFORMA TRIBUTÁRIA
DEPUTADO RUBENS BUENO
Vice-líder do PMDB-Pr.

Documento apresentado ao

ENCONTRO DA UPI

Brasília, 05/08/83

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Qualquer alteração no sistema tributário deve partir de uma correta definição de encargos sobre o que compete a cada esfera de governo, federal, estadual e municipal.

Sobre isso existem dezenas de estudos:

— No Congresso Nacional;

— No âmbito do Governo Federal

— De economistas, associações de municípios, etc.

O estudo mais abrangente é o que resultou da CPI da Câmara Federal, presidida pelo deputado Adhemar de Barros Filho, tendo como relator o deputado Hélio Duque, que em 1979 estudou as causas do empobrecimento dos Estados e municípios.

Concebido como alimentador dos recursos dos Estados, o ICM foi desfigurado nestes 17 anos, transformando-se em instrumento de política econômica, do que resultaram as isenções que os secretários da Fazenda sempre quiseram eliminar.

O ICM substituiu em 1967 o antigo imposto de vendas e consignações, que taxava os produtos em 5 por cento em cada etapa, o que, em alguns casos, elevava a tributação a 30 por cento.

Foram mantidas algumas isenções que o IVC já dava e criadas muitas outras, através de decretos-leis que distorceram a filosofia de ser este um imposto dos Estados.

Em 1968 foram isentos todos os produtos industrializados exportados, os gêneros de primeira necessidade e muitos outros.

Com isso, os Estados deixaram de arrecadar entre 30 e 50 por cento chamado campo tributário.

DISTORÇÕES

SÃO TRIBUTADAS: refeições prontas para operários, material escolar, milho para consumo humano, ingredientes para refeições de consumo humano, sardinha em lata, pão, bolachas, etc, remédios para os seres humanos, mandioca, batata, cebola, charque, lingüiça, ambulâncias e caminhões de bombeiros.

SÃO ISENTAS: refeições servidas em hotéis e restaurantes de luxo, revistas pornográficas, milho para consumo animal, farelos e tortas para consumo animal, ração animal e insumos fertilizantes, camarão, lagosta, caviar, defensivos agrícolas e produtos veterinários, maçã, pêra, pêssego, morango e uva. As jóias, pedras preciosas, bijuterias, artigos folheados a ouro, prata ou platina pagam apenas metade do imposto.

O grande esvaziamento de recursos dos Estados, porém ocorreu com a criação do PIS, também incidente sobre as vendas. Com a justificativa de não onerar mais as empresas, o Governo Federal reduziu o ICM de 17 para 14 por cento no Sul e Sudoeste e de 18 para 15 por cento nas operações internas das demais regiões entre 1971/76, ficando com a diferença arrecadada em favor do PIS.

Para se ter uma idéia do elevado grau de centralização do potencial tributário em mãos da União, registre-se que:

— Até 1967, para cada Cr\$ 100 que a União arrecadava, os estados e municípios arrecadavam Cr\$ 121;

— Depois o quadro inverteu-se: em 1976, a União arrecadava Cr\$ 100 e os Estados, Cr\$ 54.

Como as isenções continuam a ser concedidas sobre o ICM e a União criou novos impostos federais, esta distorção é ainda maior.

Como consequência dessa política de despotismo tributário, 35 por cento dos municípios brasileiros perderam populações nos últimos anos, por não dispor de condições para conter as correntes migratórias.

Enquanto isso vemos que os municípios participam com

46,8% da receita tributária nos EUA; 41 por cento na Inglaterra, 39 por cento na França e 34 por cento na Itália.

No Brasil, a participação dos municípios é de apenas 1,2 por cento e dos Estados não é superior a 35 por cento, ficando os restantes 63,8 por cento em poder da União.

NECESSIDADES DE CORREÇÃO

A CPI a que nos referimos alinhou algumas correções que devem ser feitas em caráter de urgência:

1. Aos municípios têm sido exigidas comissões bancárias, como condições de entrega de quotas de participação na receita tributária federal e estadual e, da mesma forma, aos estados, no que concerne à transferência de tributos federais;

2. No que tange aos tributos federais arrecadados em decorrência de cobrança administrativa ou judicial, de cuja receita participam os estados e municípios, não são computadas as participações dessas esferas de poder;

3. O mesmo ocorre, em condições análogas, com referência à participação dos municípios na receita do ICM;

4. Tampouco participaram os estados e municípios das multas fiscais, juros moratórios e correção monetária, relativos a tributos federais de que tenham participação;

5. Os municípios não participam, da mesma forma, das multas fiscais, juros de mora e correção monetária relativos à cobrança do ICM;

6. Há excesso generalizado de formalidades burocráticas no que respeita aos trâmites de obtenção de receitas transferidas, por parte das entidades que transferem, de exigências desnecessárias e complexas, o que é agravado pela injustificada morosidade na liberação desses recursos;

7. A União concede isenções de impostos estaduais e municipais, ou de tributos de sua própria competência de cuja receita participaram os Estados e Municípios, sem compensar as diferenças não repassadas e sem consultar as esferas de governo diretamente interessadas;

8. Contrariando o preceito constitucional de participação dos Estados e municípios no produto da arrecadação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, sobre o adicional de 12,5 por cento instituído pelo decreto-lei 1961, de 02/08/79, não há qualquer participação estadual ou municipal;

9. Os convênios de toda sorte que os Estados e municípios são compelidos a assinar, sob pena de determinadas transferências não serem liberadas, oneram substancialmente as finanças estaduais e municipais; idêntica situação se verifica em relação a convênios que os municípios são obrigados a assinar com os Estados;

10. Desde a reforma tributária implantada em 1967, os Estados passaram a contar com apenas dois impostos próprios: o ICM e o imposto sobre transmissão de bens imóveis; a inflexibilidade das alíquotas dos tributos estaduais, cujo teto é fixado pela União, cerceia a autonomia administrativa e o exercício de uma política adequada às peculiaridades regionais e locais;

11. Os municípios ficaram com apenas dois impostos, ambos diretos, reconhecidamente mais sujeitos às resistências por parte dos contribuintes e de difícil cobrança; 80 por cento dos municípios brasileiros não têm base econômica para captação de recursos através da utilização destes impostos; acresce que tais impostos são de natureza urbana, deles não se beneficiando a maioria das comunas, que têm características eminentemente agrícolas; o êxodo para as grandes cidades agrava ainda mais o problema, face à conseqüente desvalorização da propriedade;

12. A maioria dos municípios vive, hoje, predominantemente, de transferências federais e estaduais, sendo irrelevante a sua receita própria; mesmo nos municípios mais desenvolvidos, as receitas próprias não atingem 50 por cento da receita

global;

13. A multiplicidade de fundos de participação em receitas federais, cujo recebimento é vinculado à apresentação prévia dos respectivos planos de aplicação, e condicionado a prestação de contas, vem impossibilitando aos municípios menores o recebimento de quotas que lhes cabem, face a sua falta de estrutura administrativa, que possibilite o atendimento dos requisitos citados;

14. Além de agredir o princípio de autonomia municipal as prestações de contas exigidas constituem obrigação onerosa, de difícil cumprimento pela sua complexidade, sendo hoje a maior preocupação das prefeituras; esta sistemática de repasse de recursos deve merecer uma revisão completa, visando simplificá-la e adequá-la à realidade.

PARTICIPAÇÃO NO FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

As cotas do fundo rodoviário nacional são inexpressivas, principalmente nos estados e municípios com grandes áreas, escassamente povoadas e com número reduzido de veículos. Com a reforma do imposto sobre combustíveis e lubrificantes, a partir de 1967, os Estados e municípios passaram a contar com recursos ainda menores para execução de seus planos rodoviários:

RECEBEDORES	COTAS	
	até 1967	depois de 1.967
	%	%
DNER	40	60
ESTADOS	48	32
MUNICÍPIOS	12	8

Esses dados demonstram que os municípios quase nada recebem do fundo rodoviário nacional; há, ainda, considerável atraso no pagamento das parcelas do fundo destinadas aos municípios.

O orçamento-programa exigido como meio de percepção e aplicação deste fundo, e a sua prestação de contas, são excessivamente complexos, de modo a dificultar ou impedir a sua utilização pelos pequenos municípios.

Com referência à taxa rodoviária única, os convênios a ela referentes são realizadas à revelia dos municípios; é irrisória a participação dos municípios na arrecadação desta taxa federal, além de sempre injustificado atraso no pagamento devido aos municípios, no Paraná, os municípios só recebem 5,16 por cento, embora a lei estadual preveja 12 por cento.

SUGESTÕES PARA SOLUÇÃO DO PROBLEMA

Reformulação das receitas que devem caber a cada esfera de governo, com maior participação dos Estados e municípios no montante das receitas tributárias, para fazer face aos crescentes encargos das dívidas acumuladas; instituir a participação dos municípios na receita dos impostos federais e estaduais gerados no município; fundir todos os fundos de participação em um único fundo, com uma única prestação de contas, simplificando os procedimentos de prestação de contas dos municípios.

Aumentar para trinta por cento os percentuais de participação dos municípios no produto da arrecadação do ICM; elevar a participação dos Estados e municípios na arrecadação do produto do IR e IPI, de nove para doze por cento.

Distribuir aos municípios, trinta por cento do produto da arrecadação, do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos e valores mobiliários.

Atribuir aos Estados e municípios uma participação mais expressiva na arrecadação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos.

O imposto sobre transmissão de bens imóveis deve retornar à competência legal dos municípios, pois trata-se de um impos-

to de natureza eminentemente local, estando os municípios melhor aparelhados para administrá-los.

Reduzir substancialmente, ainda que de forma gradual, os favores e incentivos fiscais sobre os impostos que são objeto de transferência para os Estados e Municípios, principalmente o ICM e o IPI.

Proceder à redefinição do conceito de zona urbana para o lançamento do imposto predial e territorial urbano, permitindo uma clara delimitação do campo de incidência deste imposto.

ISS: fixar as seguintes alíquotas máximas:

- cinco por cento sobre serviços em geral;
- dez por cento sobre jogos e diversões públicas;
- dois por cento sobre obras hidráulicas e de construção civil, bem como profissionais autônomos e respectivas sociedades, calculados neste caso sobre o faturamento.

Determinar a correção monetária automática e adição de juros de mora na transferência de receitas federais devidas aos Estados e municípios, não pagas em 30 dias.

Conceder abatimentos do imposto de renda - pessoas físicas para aplicação em planos comunitários de implantação de infraestrutura e de desenvolvimento urbano.

Elevar a participação dos municípios de dez a trinta por cento na arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, ou seja a metade do que é destinado aos Estados e ao Distrito Federal.

Atribuir quarenta e cinco por cento aos Estados e quarenta e cinco por cento aos municípios do imposto único sobre minerais.

Elevar a participação dos municípios no produto da arrecadação do fundo rodoviário nacional e da taxa rodoviária única.

Destinar aos municípios o produto da arrecadação do imposto sobre lucro imobiliário (cuja criação vem sendo estudada pelo governo federal).

DO ESTATUTO—PROGRAMA DO PMDB

Eis como o estatuto-programa do PMDB enfoca a questão tributária, em seus artigos 7, 8, 9, 10 e 11.

A federação, violentada durante o regime autoritário, deve ser restabelecida, através da efetiva autonomia econômico-financeira e administrativa e política dos Estados e municípios.

O PMDB entende que o processo de democratização das decisões ganha importância fundamental no nível municipal. Depende, por isso o fortalecimento dos municípios na estrutura político-administrativa.

A comunidade local, através de suas associações populares, deve influir decisivamente nas políticas que se relacionam com a qualidade de vida. Para isso será necessário transferir recursos suficientes aos municípios e dotar as comunidades locais de poderes para opinar sobre os serviços sociais básicos e para controlar a sua gestão.

O PMDB considera que qualquer mudança na divisão administrativa do país, afetando os atuais territórios, Estados e municípios, estará sujeita à aprovação em consulta popular.

REFORMA TRIBUTÁRIA E SISTEMA FINANCEIRO

O PMDB entende que é preciso reformar o sistema tributário, a fim de compatibilizá-lo com a distribuição social e regional mais justa da renda e da riqueza, prover recursos necessários para o desenvolvimento e controlar a especulação fundiária e financeira, um dos grandes fatores responsáveis pela inflação.

A carga tributária no Brasil é extremamente repressiva:

- pagam proporcionalmente mais impostos os setores mais pobres da população e as regiões mais pobres do País.

Isso se deve à predominância dos impostos indiretos sobre os diretos. Os primeiros equivalem dois terços da receita tributária total e gravam injustamente o consumo da população de menor renda.

Deve-se, também, à pequena incidência dos impostos

diretos (menos de um terço do total) que gravam a renda e a riqueza.

Além disso, os impostos indiretos não insentam os bens de consumo popular e o IR é pago em sua maior parte pelos assalariados. O PMDB defende uma reforma fiscal que tribute adequadamente os ganhos de capital e que, gradualmente, inverte as proporções entre impostos indiretos e diretos, que passariam a equivaler respectivamente, os indiretos a um terço e os diretos a dois terços do total da receita.

Para que esta meta seja alcançada, é preciso reduzir ou eliminar alíquotas do ICM e do IPI sobre produtos de consumo básico e elevar os que correspondam a bens e serviços considerados supérfluos; aumentar a alíquota dos impostos diretos; eliminar boa parte das isenções e incentivos do IR; aumentar a tributação sobre a propriedade, as terras ociosas e a especulação financeira; suprimir os títulos ao portador e incluir no conceito de renda pessoal tributável os rendimentos sobre aplicações mobiliárias, os lucros reais resultantes da compra e venda de imóveis e títulos, o valor das heranças e doações.

A reforma tributária defendida pelo PMDB permitirá obter recursos para os municípios, taxando mais fortemente terrenos ociosos e construções de luxo, desestimulando a especulação imobiliária na venda e na locação.

A referida proposta terá efeito semelhante no combate à especulação com terras agrícolas, ajudando a conter os preços dos alimentos.

Permitirá melhor participação regional da carga de impostos e o fortalecimento tributário dos Estados e municípios.

O PMDB defende uma participação dos municípios na receita tributária total que se eleve gradualmente dos níveis irrisórios atuais a não menos de quinze por cento e a dos Estados a não menos de quarenta e cinco por cento.

A necessidade de mobilização criteriosa de recursos para a produção, aliada ao imperativo de combate à inflação, exigem ampla reforma do sistema financeiro.

Estabelecer o princípio de risco do sistema evitando-se a socialização das perdas quando há privatização dos lucros; suprimir gradual, mas firmemente, a correção monetária, exceto para os fundos sociais de poupança; taxar fortemente os lucros financeiros; reduzir o giro da dívida pública dilatando os prazos médios de resgate; desvincular o endividamento externo das taxas de juros; e reduzir o custo do dinheiro representado pelas altas taxas de juros bancários e pela hipertrofia das instituições financeiras."

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queríamos deixar registrado, desta tribuna, que ainda no decorrer desta semana iremos responder às palavras que consideramos inconseqüentes do Líder do PMDB, nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, quando alegou que o Sr. Secretário de Saúde dispensou por este Paraná afora apenas médicos, proprietários de hospitais e que nem sequer iam aos Postos de Saúde.

Estamos preparando um expediente ao Sr. Secretário de Educação com dados concretos, expediente este que será também resposta ao Líder do Governo nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na realidade o que traz hoje a esta tribuna são as aberrações, a vergonha com que está se procedendo na cidade de Apucarana a tentativa das nomeações de Diretores de Escolas Estaduais. Nós sabemos muito bem que no dia 17 de junho próximo passado, intitulado-se como a Democracia Participativa do Paraná, a Senhora Secretária da Educação, a Líder incontestada daquela Pasta, a qual representa o Governo José Richa, declarou por todos os pontos do Estado do Paraná sobre as eleições diretas.

Na cidade de Apucarana também foram feitas eleições diretas com a participação dos alunos e pais de alunos e professores.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o espanto de todos, nas dezoito escolas estaduais daquele município, em dezesseis escolas venceram diretoras todas elas com fichas e filiações partidárias no Partido Democrático Social. Apesar de todo o esforço feito pelos peemedebistas daquela cidade, no dia das eleições, para que correligionárias suas fossem eleitas naquelas escolas.

Passado o processo de votação em que noventa por cento das professoras do PDS venceram as eleições daquela cidade, Apucarana continua sendo a única cidade do Paraná que não está com suas nomeações feitas para aquelas escolas. E vejam, senhores Deputados, as aberrações que estão fazendo contra os vencedores daqueles colégios, primeiramente por não haver outra saída, apenas uma saída política, a Bancada de Vereadores do PMDB daquela cidade mandou um ofício à Senhora Secretária de Educação para que fossem nomeados apenas os mais votados. A Senhora Secretária respondeu dizendo que assim o procederá e, logo após isso, uma outra ala do PMDB na cidade de Apucarana contestou veementemente contra a atitude da senhora Secretária.

E o que está acontecendo em nossa cidade, senhores Deputados, não existe nomeações, existe sim pessoas tentando denegrir a imagem de diretores mais votados e eleitos, instaurando inquéritos administrativos para que sejam apuradas possíveis irregularidades para que essas pessoas não assumam as escolas. Houve, pasmem senhores, o que não podemos acreditar, anulação de uma eleição de um colégio, porque os três vencedores pertencem ao PDS. Assim sendo, a Secretária da Educação irá nomear o quarto ou quinto mais votado.

Aonde está a eleição direta, a democracia participativa que a senhora Secretária da Educação veio neste plenário declarar e dizer que está... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência lamenta, mas comunica a Vossa Excelência que o seu horário está esgotado.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Senhor Presidente, senhores Deputados.

A "Gazeta do Povo", hoje, trouxe não um libelo, mas uma opinião do General Golbery do Couto e Silva, onde ele fala na candidatura Maluf, onde o atual Presidente em exercício procura peregrinar pelo Paraná, pelo Brasil a fazer uma apologia que não é sincera. Nós gostaríamos, senhor Presidente, senhores Deputados, nossos companheiros de bancada, ao ver o General aposentado Golbery do Couto e Silva a falar num homem que há de ser o Presidente da República, um homem, talvez, criticado muitas vezes por amigos nossos da bancada da Oposição, no deslumbrar de uma nova democracia, o nome de Paulo Maluf, indicado como Presidente da República, porque a falência está à vista. O sistema monetário, o sistema econômico tem que ser repudiado pela nossa bancada. Chega de Delfim Netto, e nós estamos aqui para dizer mesmo que isto custe o nosso sacrifício, que chega de Delfins Nettos, chega dos homens que estão massacrando o poder econômico do nosso País.

Hoje, a "Gazeta do Povo" estampou uma declaração do homem que foi o sustentáculo da Revolução de 64, e ao dizer a verdade sobre Maluf, ao dizer a verdade que os vetos sobre a candidatura do futuro Presidente da República não de ser provados ou comprovados. Dizíamos nós que o nosso respeito ao Golbery do Couto e Silva, porque um homem que estruturou a abertura da democracia, um homem que não concordou com

o sistema econômico do trio que é manobrado pelo "gordinho" Delfim Netto, que está nos levando, que nos levou quase uma derrota no Paraná e no Brasil.

Queria que ficasse, neste momento, mesmo que com isto custe a minha cassação, o nosso apoio ao Golbery do Couto e Silva. E que diga aos "Aurelianos", aos "Delfins Nettos", que "cesse tudo o que da antiga musa canta", porque no PDS existe uma plêiade de jovens que não querem outra coisa a não ser o bem do Paraná e do Brasil.

Sr. Presidente, é uma nota singela e apagada que queria que Vossa Excelência mandasse transcrever nos Anais desta Casa, a nossa admiração ao Golbery e o nosso repúdio a Delfim Netto, que é o tripé que está governando este País, nos entregando ao FMI. Meus companheiros do PDS, ou reagimos agora ou então o Brasil vai não sei para onde. Chega de Aureliano Chaves! Chega do homem que está lá, nosso companheiro, nosso chefe, chega de João Figueiredo, que não sabe governar o País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na quinta-feira passada, o nosso colega de bancada, Deputado Nelson Vasconcellos, abordou aqui um problema que, com sua permissão volto a abordá-lo, por entender que neste momento que a agricultura paranaense está vivendo, o assunto é de relevância. E pretendo aqui trazer mais alguns pontos para esta Casa de Leis.

A CFP, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está prejudicando os produtores de feijão do Paraná, sendo que até o dia 05 não foram liberadas três mil sacas de feijão para a região de Umuarama. CFP, órgão do Governo Federal, não atendeu aos apelo e reivindicações feitas pela comunidade daquela região, para que vendesse três mil sacas de feijão à Secretaria da Agricultura, através de sua vinculada Cafe do Paraná.

Tem dito o Líder do PDS desta Casa que o sistema CEAGRE não está fazendo nada em favor do homem do campo. E nós trazemos aqui algo de concreto que o sistema CEAGRE ofereceu aos produtores do Paraná, desde que houvesse um acordo com a CFP. A Secretaria de Agricultura havia se preparado para a aquisição, em, todo o processo de acompanhamento deste produto, até chegar às mãos do produtor. A CLASPAR ficaria encarregada da classificação do feijão tipo I e II, sem mistura de variedades. Em seguida, a Cafe do Paraná faria um teste de desergiminação. Compraria os grãos e o passo seguinte seria a distribuição destas sacas, por todos os seus postos na região, inclusive em distritos.

Finalmente os 21 escritórios da ACARPA que atuam na região, acompanhariam o trabalho de preparo para o plantio, apoiando de perto o agricultor e contando para isso com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Constituída pela grande maioria de pequenos e médios agricultores, aqueles que produzem feijão o fazem, não só para o seu sustento próprio e de suas famílias, mas para vender o excedente. E desta forma, com 40 mil hectares da região noroeste, cultivados na última safra, é uma das maiores produtoras de feijão de cor do País. A utilização de grãos ao invés de semente, já

é uma tradição. Mesmo porque é mais barato. E a CFP possui na região, cerca de 200 mil sacas estocadas em virtude do preço do feijão na safra passada estarem baixos, que tiveram que ser comprados pelo Governo Federal.

A pesquisa oficial através do IAPAR, outro componente do CEAGRE considerou o período de 15 de julho a 15 de agosto, como o recomendado para o plantio do feijão. Sendo assim, logo que se verificou a falta de sementes, praticamente todas as comunidades se mobilizaram; em telex, em telefonemas dirigidos a Eugênio Stephanello, agente da CFP em Curitiba, explicando a pretensão dos agricultores. No entanto, a CFP propõe-se apenas a vender a estrutura do CEAGRE, o que vale dizer, propõe-se apenas a vender o feijão diretamente, aos produtores, esquecendo de uma estrutura, colocada à disposição do agricultor. Apesar de todos os pedidos, a CFP se manteve irredutível e decidiu ir contra os produtores. Justamente numa situação como esta, descobriu-se que a CFP beneficiou alguns grandes produtores de feijão, de Altônia, vendendo-lhes perto de 300 sacas de grãos, para o plantio. No entanto esta venda direta, sem o apoio ao plantio, e ao cultivo, acabou prejudicando, ao invés de ajudar aqueles produtores. Alguns deles, inclusive, já entraram com pedido de PROAGRO, face a má qualidade dos grãos.

Esta é uma preocupação importante neste momento, porque a produção de feijão é uma produção praticada por pequenos agricultores deste Estado. A semente é o item fundamental, para que tenhamos feijão, alimento básico, para o povo paranaense e brasileiro. Mas, o que ocorre é que a CFP se recusa a participar de um programa conjunto com o Estado do Paraná, preferindo fazer a venda direta aos agricultores.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Paulo Furiatti, apenas para fornecimento de um dado do seu pronunciamento: hoje, pela manhã, entrando em contato com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Planalto, veja bem a situação em que se encontra o sistema agrícola brasileiro.

Está um representante da Secretaria da Agricultura, representando a Cafe do Paraná — parece-me que a liberação de feijão do CFP para o Estado, é apenas quatro mil sacas, e o Município de Planalto está recebendo 60 sacas de feijão para o plantio; 60 sacas. No Sudoeste do Paraná, talvez Capanema e Planalto sejam os maiores produtores de feijão — e do feijão mais precoce, plantado em tempo mais curto, devido a proximidade do Rio Iguaçu. Produtores de feijão que plantam sozinhos, 150 a 200 sacas. Terá que ser partilhado no município inteiro, 60 sacas de feijão. E eu acredito que a forma de se conseguir na agricultura uma boa produção, que tem sustentado a economia desta Nação, através da agricultura, seja exatamente condicionar para que o agricultor tenha ao menos a semente para plantar, é uma barbaridade, é um absurdo num País de origem de produção agrícola, com todos os problemas que já existem na agricultura, o agricultor brasileiro tem que deixar a terra sem plantar por falta de semente.

A desorganização é imensa, a exploração que se faz em cima do trabalhador, pela desorganização ou incompetência dos órgãos responsáveis, é de machucar e aproveitar o seu pronunciamento para lavar o meu protesto contra a insensibilidade da CFP, de não ter compreendido que o agricultor não está pedindo feijão para comer, o agricultor está pedindo feijão para plantar e produzir riqueza que este País necessita.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e entendo que por ser Vossa Excelência representante de uma região como o Sudoeste, que trabalha a terra, principalmente com produtos de subsistência, vem somar ainda mais, neste pronunciamento nosso, a importância de que o Governo Federal com sementes estocadas venha colocá-las no mercado para o plantio e para que essas sementes se multi-

pliquem e não tenhamos falta desse produto já, já.

O Sr. Sabino Campos — Agradeço o aparte do nobre Deputado Paulo Furiatti, eu queria só para complementar o que o nobre Deputado falou, mas o que se vê por parte da CFP, é o que comumente acontece neste País, uma falta de planejamento total, no que se refere as coisas da agricultura.

A época ideal do plantio, segundo Vossa Excelência falou, de 15.07 a 15.08 e o produtor não tem semente, quando o CFP tem essa semente e poderia liberá-la.

Será liberada no momento inoportuno, como sempre acontece com as coisas da agricultura, que pelo menos nós temos conhecimento desde a nossa estada neste Paraná, desde 1970, não são considerados planejamentos algum, planejamento para qualquer coisa que se refira à agricultura, todas as coisas feitas pela agricultura são feitas inoportunamente, perdendo com isso o produtor rural, que trabalha e produz as riquezas deste País, perdendo com isso o País que não terá produto para alimentar a sua população, o que nós temos Deputado Furiatti é que lutar, para que esses homens incompetentes que planejam a agricultura deste País, dêem lugar a pessoas competentes, para que possamos pelo menos produzir alimentação a todo povo brasileiro.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Tuguio Setogutte — O Deputado Furiatti, pelas palavras e pelas denúncias que traz hoje a esta Casa, nós como sempre somos solidários ao ponto de vista daqueles que emanados no pensamento como Vossa Excelência tem trazido através dos seus pronunciamentos, as suas colocações certas e nos momentos exatos como o que está acontecendo neste instante.

Apenas nós queríamos, por um instante discordar, talvez não tivesse Vossa Excelência muito bem informado e talvez não tivesse oportunidade de ainda há poucos dias assistir o programa pela manhã, inclusive através de uma rede de televisão do Estado e através dos jornais das condições da CFP para atender a todos os lavradores do Estado do Paraná, que tivesse necessidade, que a CFP estaria disposta a dispor desta não semente, deste feijão que eventualmente está servindo de semente, para que pudesse plantar e daí justificar a aquisição desse produto.

Então nós acreditamos que talvez não tenha havido uma informação precisa, inclusive através das cooperativas tem sido fornecido sementes de acordo com as necessidades das cooperativas e inclusive da nossa própria agricultura e especial dos agricultores, sejam eles em pequena ou grande escala.

Apenas eu queria aqui lembrar também, que acontece a nível de Estado, lamentáveis acontecimentos como o que nós podemos assistir em Umuarama, quando toneladas de milho, esse especificamente servido pela Cargil, e prontos para serem plantados na ocasião oportuna que é agora, foram enterrados e foram desaparecidos apenas por um problema de não suficiente germinação que estaria em torno de oitenta por cento.

Não somos ligados à área da agricultura, mas, sabemos por informações que talvez, estivesse em torno de mais de noventa por cento o aproveitamento nacional desse milho. Mas, sendo que este milho, mesmo nas condições não muito suficientes, mas com oitenta por cento o agricultor, principalmente, na nossa região de Umuarama, onde foram como há pouco eu dizia, foram enterrados toneladas de sementes de milho traria a condição suficiente, principalmente, para os ilhéus e para aquelas condições que a região de Umuarama hoje está plantando milho, um produto não com a mesma condição de um milho com a germinação suficiente e indicada pelo IAPAR, mas, dentro das limitações numa maior quantidade, vamos dizer, numa maneira grosseira e na maneira vulgar de um agricultor que nós fomos na nossa infância, apenas com uma maior quantidade poderia ter sido aprovada.

Inclusive, trazendo problemas sérios, esse problema de ter sido enterradas algumas toneladas de milho, trazendo inclusive,

problemas para a população, porque, foi enterrado dentro da cidade, próximo da vila operária e pode trazer num futuro bastante próximo, porque nós sabemos que são sementes tratadas e são sementes com produtos químicos e poderão levar àquelas pessoas que fazem uso de um poço normal dentro de suas residências, que é justamente a vila operária, problemas futuros de intoxicação.

Vossa Excelência que tão bem tem trazido nesta Casa, problemas dessas intoxicações ocasionadas por esses produtos, queria lembrar porque, creio, tratar-se de um momento oportuno para que em outra ocasião não mais aconteça de se enterrar toneladas de sementes, apenas por um problema de germinação. Da porcentagem da germinação era só uma lembrança que eu queria fazer a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Tenho a dizer a Vossa Excelência em relação a disponibilidade que a CFP coloca as sementes, que a CFP se propõe a vender grãos diretamente aos agricultores. Acontece que nós sabemos que a Comissão de Financiamento de Produção não tem estrutura suficiente para atender a todos os agricultores e mesmo as cooperativas que não têm todos os produtores de feijão filiados aos seus quadros e não têm acesso às suas estruturas. Daí, inclusive, a principal denúncia que faço aqui, é exatamente de a CFP não ter se envolvido com os órgãos da administração estadual que se propuseram, ir além do que entregar grãos para esses agricultores.

Todos nós sabemos que uma saca de grãos além de ter um poder de germinação muito baixo, ela acarreta uma série de problemas se não tiver um pré-selecionamento.

O sistema estadual de agricultura fez uma proposta concreta de que pegaria estas sementes, classificaria essas sementes, através de sua empresa de classificação CLASPAR. Através da Cafe do Paraná que faria as embalagens adequadas e através dos escritórios que o sistema estadual de agricultura possui neste Estado inteiro, faria-se a distribuição destas sementes aos mais longínquos pontos do Estado do Paraná, de forma que aqueles pequenos agricultores que normalmente são os pequenos, minis, que produzem o feijão, tivessem acesso a essas sementes de feijão. O que a CFP fez. A CFP se propõe a vender apenas o feijão diretamente ao agricultor ou via cooperativa, de forma que aqueles agricultores que não têm acesso a este tipo de, terão problemas de acesso e não é só acesso. Terão problemas de comprarem sacas de grãos que nem se sabe quanto é a germinação dessas sementes.

Desta forma a miopia da CFP do Paraná está demonstrando claramente, quando toda uma estrutura que o Sr. Eugênio Stephanello sabe que existe, uma estrutura espalhada pelo Estado do Paraná teria condições de chegar àquele pequeno agricultor, isso não é justo, não é justo porque não foi colocada sequer uma saca nessas condições.

Quando o Deputado Caíto Quintana fala de que na região dele, numa cidade apenas 60 sacas, ele não está mentindo, e digo a Vossa Excelência que a CFP também não tenha dito que atende os agricultores, só que não chega lá, não tem estrutura, não tem condições de chegar lá.

Sabemos que grande quantidade de pequenos e micros não são filiados às cooperativas, então estão fora do processo de cooperativas, como chegar lá?

Ora, usando uma estrutura que está à disposição para que se chegue lá.

A CFP apenas colocaria essas sementes pelo valor que ela coloca para os produtores normais, são 260 mil sacas de grãos da CFP, a safrinha logo, logo já vai ser colhida, será que a CFP não vai colocar esses grãos na época em que os agricultores estiverem colhendo semente de feijão? Preço baixo, concorrendo?

Sabemos da crise porque passa a agricultura, sabemos da

tremenda crise de alimentos que virá nos próximos anos, a única alternativa destes pequenos é ainda tirar da terra o mínimo que eles podem colocar nela, é justo que eles tenham acesso às sementes dos produtos que eles sabem plantar.

Mas, nem isso foi feito, nobre Deputado Tugio Setogutte. Por quê esta miopia?

O Deputado Luiz Alberto tem dito inúmeras vezes, nesta Casa, que o sistema CEAG não faz e não fez, e eu não pretendo aqui hoje entrar na retaliação, da responsabilidade do PDS junto a CFP, não pretendo isso, apenas pretendo deixar claro que nós precisamos tomar alguma medida em curtíssimo prazo, nem sei mais se há tempo suficiente das estruturas do sistema estadual de agricultura receberem a semente, selecionarem-na procederem o teste de germinação e pulverizarem por todas as estruturas deste Estado do Paraná, sementes de feijão para o plantio.

Mas, se for possível, o que nós não podemos Deputado Tugio Setogutte, é ficar observando 200 mil sacas a espera, do quê?

De comercialização de grãos daqui a pouco.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

Estou quase concordando com Vossa Excelência porque tivemos como chefe da cooperativa lá do Oeste, um grande homem que até hoje não provou nada, que foi Roberto Wypich, ultimamente pertenceu ao PMDB, e queria que Vossa Excelência fizesse este corretivo, porque o ex-Deputado Roberto Wypich, grande latifundiário, grande homem, teve um problema com a cooperativa, e até agora esta Assembléia não soube, nem os cooperados, nem o povo do Paraná, discernir se ele estava certo ou errado, e Vossa Excelência tem razão com as cooperativas, por quê?

Porque quando um super milionário passa para outro Partido e é acobertado e desta tribuna, Deputado Rubens Bueno, vem ser denunciado por suas negociatas no Brasil e no exterior, então eu pediria a Vossa Excelência para ter, Deputado Paulo Furiatti, desculpe, para ter, Deputado Paulo Furiatti, apenas uma visão global do que é cooperativa.

Concordo com Vossa Excelência em gênero, número e grau, e pediria a Vossa Excelência, Deputado Paulo Furiatti, que trouxesse o que fez Roberto Wypich para os cooperados, para os pequeninhos no Paraná, no Brasil ou no exterior, daí Vossa Excelência teria o nosso aplauso.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Estou terminando o meu aparte, nobre Deputado, Vossa Excelência concedeu-me aparte, desejo terminá-lo.

Aí sim, Deputado Furiatti, teremos um consenso global que necessitam os pequenos agricultores, do que Vossa Excelência está pleiteando. Mas queríamos, nobre Deputado, que, a bancada do seu Partido trouxesse e justificasse as falcaturas do seu companheiro Deputado Roberto Wypich.

Obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço seu aparte e gostaria apenas, de esclarecer que, a menção que eu fiz às cooperativas, foi exatamente pelas dificuldades de se atingir todos os agricultores. Não tratei de problemas específicos, porém, me parece, aqui o Deputado fez uma análise mais abrangente.

O Sr. Djalma de Almeida César — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de dizer a Vossa Excelência, Deputado Paulo Furiatti, que, o assunto que Vossa Excelência traz à tribuna desta Casa, é muito importante. Sabemos também, que, dos 140.000 produtores de feijão, do Paraná, a maior parte deles está sem conseguir sementes para o plantio do feijão. Entendemos também, que, em seu pronunciamento Vossa Excelência, além de trazer a esta Casa este assunto que é do interesse de

todos nós, não vem, sob hipótese alguma, determinar os culpados por esses acontecimentos, então, nós queremos parabenizar Vossa Excelência porque realmente o assunto é importante e Vossa Excelência, em seu pronunciamento disse muito bem que, precisamos de uma maneira ou outra, conseguir a liberação dessas sementes porque o produtor não pode ficar sem plantar. Não estamos aqui acusando alguém, Vossa Excelência disse que não vinha para retaliações.

Desta forma, Deputado Paulo Furiatti, queremos nos congratular com Vossa Excelência porque também consideramos este assunto, de suma importância.

O SR. PAULO FURIATTI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Para encerrar desejo apenas dizer que, a grande preocupação é que, 200.000 sacas de grãos sejam colocadas no mercado daqui a pouco, eis que dentro de uns 60 dias teremos uma pequena colheita de feijão, então aconteça mais uma vez de, além de não termos o aumento da área de plantio de feijão, tenhamos o preço, baixo, preço sazonal, depois, teremos um preço altíssimo, pela falta do produto.

Daí o apelo para que se tire a viseira dos olhos, em termos inclusive, de patriotismo, que é o que está faltando, um pouco, à CFP.

Era só. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário reservado à Liderança do PMDB, consulto-a se deseja fazer uso do mesmo.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que o Governador José Richa dá divulgação ao seu Plano de Governo, notamos um sadio alvoroço nas hostes pedessistas. Já têm, os nossos companheiros do processo político no Paraná, com o que se preocupar. O próprio Presidente do Partido aborda o Plano em seu programa de televisão, e a Bancada do PDS, nesta Assembléia, terá assunto mais sério que contas de luz e de água, para ser o objetivo de suas preocupações.

“O debate do Plano de Governo do PMDB”, não é um debate que deva se restringir aos quadros do Partido. É um debate do qual deve participar toda a sociedade. Sociedade que deve cobrar desse “Plano de Governo”, coerência com o discurso eleitoral.

É evidente que devemos levar em consideração a mudança dos fatores e variáveis, nacionais, internacionais e estaduais, que informaram a elaboração anterior do Plano de Diretrizes.

Nunca dissemos, no entanto, que iríamos resolver, do Paraná, questões essencialmente nacionais.

A conquista do Governo do Estado pela Oposição é o primeiro passo para o restabelecimento da democracia e para a retomada do desenvolvimento.

Lutamos hoje pela moratória, pelas eleições diretas para a Presidência da República e pelas reformas estruturais, que viabilizem a retomada do desenvolvimento em novas bases.

Mas não podemos abordar o novo Plano de Governo, sem situar a política do Paraná, diante da questão nacional.

A evolução do processo capitalista no Brasil, seguiu a mesma lógica que orientou nosso desenvolvimento desde o início da colonização: a apropriação do produto do trabalho das majorias pelas minorias detentoras do poder político e do capital. Destaque-se, neste sentido, o lúcido e recente depoimento do memorialista Pedro Nava: “Na nossa História recente os Governos têm dirigido o País quase sempre com as armas voltadas para o povo”. Somamos as dezenas os “liberais”, empoleirados nas estruturas do Poder, que são a favor do direito de greve, “desde que, os operários não façam greve”.

A economia nacional de hoje, excludente, concentradora e dependente, é o prosseguimento do modo de colonização de ontem.

Temos insistido: o desprezo dos homens do poder de hoje, dos homens da manipulação dos indicadores econômicos, dos homens dos oitenta por cento do INPC para os trabalhadores, dos homens das greves ilegais, o desprezo destes homens pelo povo, hoje, é o mesmo que a minoria branca portuguesa, devotava aos índios, aos escravos, aos brancos marginalizados e degredados da época da nossa colonização.

Nos elites dominantes não são mais nacionais, estudam e consomem como europeus e americanos, transplantam safenas em Cleveland e batizam seus filhos de John.

São elites colonizadas que se identificam cultural e economicamente com outros povos, não confiando, não acreditando na nação brasileira.

E neste País autocrático de estrutura tributária concentrada, pouco se pode fazer a nível de Governo de Estado para reverter esse processo.

Não vamos, porém, abandonar a idéia de planejamento, sempre existirão alguns recursos a serem aplicados. Sempre poderemos atenuar algumas injustiças sociais, a nível de Estado.

A discussão do “Plano de Governo” servirá, mais do que para reverter a economia; servirá para abrir o grande espaço de democratização, de participação que visa a mobilização, a organização e o aumento da consciência do povo, no sentido da fixação dos valores maiores da nacionalidade.

E isto acontecerá no processo de discussão da aplicação dos poucos recursos que possuímos, nas prioridades que estabeleceremos.

A grande questão nacional é a integração das classes populares e sua organização no sentido da alteração das prioridades de um desenvolvimento que, até ontem, se realizava a favor de minorias. E que hoje desaparece sob a avidez do FMI.

Podemos e devemos gerir parcialmente a crise. Podemos e devemos atenuar alguns efeitos da política geral do País. Mas podemos e devemos manter a discussão política e a participação ampla, que leve, no futuro, a construção de uma comunidade-nação, onde as pessoas venham a ser respeitadas.

Ao lado do objetivo administrativo de gestão da crise, o objetivo político do poder estadual é estabelecer um poder nacional representativo das classes interessadas em consolidar a Nação brasileira. A questão do poder do povo, do poder ao povo, se confunde com a consolidação da Nação brasileira e se resolve no processo do restabelecimento da democracia”.

A integração dos interesses nacionalistas, democráticos e populares, deve presidir a política de um governo de Estado de Oposição. Isto em contraposição com os interesses anti-nacionais e economicamente subordinados e culturalmente colonizados.

Concluindo, temos consciência de que a Oposição no Governo Estadual é impotente para reverter o modelo econômico, mas é potente e suficiente para aglutinar as forças sociais e democráticas nacionais.

Assim entendemos a Oposição. Assim entendemos nosso Governo Estadual. E se assim não for...

Fica tudo como está!

Para essa discussão convocamos o Partido da Minoria nesta Assembléia, porque para esta Assembléia, no momento certo, deverão convergir as opiniões da sociedade sobre o plano do Governo José Richa.

Aqui, vamos discutir-lo. E eu tenho certeza que será fácil essa discussão, pois, não me consta que nesta Assembléia, nas Bancadas do PDS e PMDB, exista um só Deputado que represente interesses que não sejam nacionais e democráticos.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um

aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Concedo o aparte ao Deputado que me solicitou, Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Sr. Deputado, nós agradecemos a Vossa Excelência pela gentileza. Impotente seremos nós, será toda a Assembléia se não houver um consenso pelo bem-estar do Paraná e de sua gente. Sabe, Vossa Excelência, que nós somos minoria, Vossas Excelências são a maioria, mas nós também somos homens que temos alma, nós também queremos o bem do Paraná, e queria que Vossa Excelência para não chamar de impotente, porque impotente é uma palavra de muita extensão. Impotente nós somos, mas não tão como Vossa Excelência pensa. Claro, o que é preciso para nós resolvermos a situação, porque hoje mesmo eu fiz um discurso criticando o Ministro do Planejamento. Vossa Excelência peca a nos chamar de impotentes. Impotente, saiba Vossa Excelência, que é burro castrado.

Então, nós estamos aqui, Deputado Roberto Requião, com o devido respeito que temos por Vossa Excelência, ao falar no nome da nossa bancada, que nós somos potentes; agora, impotentes, talvez não vou julgar, não vou condenar, porque é a maioria que foi à praça pública prometer tudo, e nós estamos aqui, Deputado Roberto Requião, a olhar o vosso pronunciamento, a escutar ae dizer a Vossa Excelência que a sua bancada que nós respeitamos e temos muitos amigos lá, inclusive Vossa Excelência que nós não somos impotentes.

Vossa Excelência ainda não provou os impotentes, procurem o diálogo, procurem o diálogo para o bem-estar do Paraná, para que o Paraná consiga esta série de progresso e prossiga progredindo, Deputado Roberto Requião. Eu agradeço a Vossa Excelência, Vossa Excelência é um brilhante Deputado, um homem de um tirocínio político admirável e de um futuro admirável, mas não nos chame de impotentes. Vossa Excelência sabe muito bem que não é necessário pegar um dicionário para chamar um homem de impotente. Talvez nós, com essa idade sejamos, mas o resto não é.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO — Encerro o meu pronunciamento agradecendo ao aparte do fogaço e reconhecidamente potente Deputado Gabriel Manoel.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará o uso do horário que lhe é destinado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Senhor Presidente, por quinze minutos, falará o Deputado Edgar Pimentel, em nome da Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, o senhor Deputado Edgar Pimentel, por quinze minutos.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Senhor Presidente, senhores Deputados. (Lê):

"Vive a Nação, um dos momentos mais angustiantes de sua história. Sobre as crises econômico-financeiras somam-se os flagelos impostos pela natureza, como se esta estivesse a castigar a maldade humana. Se um dia Deus foi brasileiro, como a ingenuidade popular formou credence, tudo faz crer que Ele tenha trocado de nacionalidade já extenuado de infrutiferamente continuar a investir a sabedoria de Seus ensinamentos para tão renitentes e maus discípulos. E, assim, perdendo nosso mais importante conterrâneo, estamos qual o barco frágil e sem rumo açoiados pelas procélas da adversidade.

... é evidente, senhor Presidente e senhores Deputados que apelamos a uma figura retórica.

Nossa profunda formação cristã fez do Brasil um País de gente forte e valorosa que não capitula diante das dificuldades

de ordem material, embalados que somos por inquebrantável fé.

Estão aí os episódios dramáticos das secas a causticar cruelmente o nordestino e, das chuvas, a afogar o trabalho árduo de anos de sacrifícios do sulista que tanto contribui para o progresso do País, são episódios em que a fibra estoica supera o impacto da tragédia.

Mas, é preciso que o espírito de solidariedade, tão admirável, perdure para que enfrentemos também as dificuldades permanentes oriundas de crises crônicas que infelicitam a Nação.

Impõe-se agora, uma tomada de consciência da parte dos homens públicos com mandato eletivo. Todos esforços têm de ser concentrados na busca de soluções para os aflitivos problemas de nosso sofrido povo, dentro de uma postura digna e honesta, sem propósitos demagógicos ou eleitoreiros.

De que vale, senhor Presidente e senhores Deputados, o histerismo vernacular, a retaliação pessoal, a verborragia fluente, mas inconsequente?

O Legislativo, apesar de enfraquecido em seu poder pela falta do próprio poder que lhe foi suprimido pelo arbítrio, constitui ainda, uma das derradeiras esperanças populares na condição insubtraível de caixa de ressonância de angústias e de protestos. Tem o Parlamento meios de contribuir na busca de soluções através do trabalho sério de seus membros, levantando a sua voz na manifestação eloquente dos reclamos, na justeza das causas propostas, na defesa dos direitos, em lugar de se perder na comprometedor agressividade dos gestos e das palavras que lhe ofende o decoro e o avilta perante a opinião pública.

Nem o beija-mãos da vassalagem subalterna e nem a renúncia às convicções ideológicas serão necessários. O gigantesco trabalho da reconstrução da Pátria pode e deve ser feito dentro dos mesmos sentimentos de solidariedade que assistimos em favor dos nossos irmãos flagelados, com respeito mútuo, mantidos os limites de atuação político-parlamentar. Esta tem seu instante privilegiado nos embates das urnas democráticas quando o eleitorado dá o veredicto de seu inapelável julgamento.

Por nossos atos e palavras estamos sendo julgados todos os dias. É processo correto e admirável da democracia que aceitamos como a melhor forma de instrumento político-institucional e dentro da qual inserimos como delegados da confiança popular.

Cabe-nos, senhor Presidente, corresponder ao crédito aberto pelo povo em nosso desempenho. E só com o povo comprometemos nosso trabalho.

Talvez nenhum instante histórico seja tão oportuno quanto este para redobramos energias sob a inspiração de tais compromissos e nos entregarmos à irrecusável tarefa reconstrutora.

Se assim não for, estaremos desservindo o povo e desonrando nosso mandato. Pois, o que poderá pensar o infeliz flagelado que perdeu casa, móveis, animais de estimação e até parentes amados ao saber que seus representantes transformam o plenário em arma de competição física, de ameaças, de agressões, de insultos e fazem da tribuna um palanque demagógico de inócuas dissertações?...

Somos, senhor Presidente, daqueles que entendem o exercício da função pública como uma coisa realmente séria, incompatível com o diletantismo vulgar e irresponsável, com o histerismo ou com a violência das atitudes. A serenidade do comportamento é fundamental a homens investidos de tão importantes prerrogativas, mormente nas situações dramáticas como essas em que a Nação hoje se encontra.

No mais alto nível devemos manter o debate em torno, isto sim, dos problemas sociais, sem renúncia ao direito à crítica construtiva, mas desapegados das paixões menores que amesquinham o ser humano e nada constroem.

Governo e Oposição, conscientes de seus deveres, precisam somar e não subtrair esforços. É uma luta sem tréguas, é uma luta de salvação nacional. É o momento da ação concreta e não mais dos planos teóricos e aleatórios. De nada vale repetir-se, pela enésima vez, que o "modelo é iníquo", que o "modelo está falido" ou, que "é preciso acabar com o capitalismo selvagem e expulsar as multinacionais".

Toda a Nação conhece de sobra as causas dos males e suporta indignada, embora resignadamente, os terríveis efeitos de tantos erros somados pela incompetência ou pela má-fé, ou por ambos reunidos num só sinistro conluio promovido contra o Brasil. As vítimas sabem quem são seus algozes. Os de ontem e os de hoje. O dia da libertação não tardará porque a tendência inevitável do mal é a de sucumbir nos escombros de sua fragorosa derrocada.

Esta é a grande fé que anima a alma boa e pura do povo brasileiro.

Aqui neste Legislativo, devemos sempre oferecer o melhor exemplo. Devemos ser o ponto de partida dessa luta e a bandeira redentora das esperanças populares."

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Edgar Pimentel, eu acho realmente que se deve reconquistar em favor do Legislativo, o seu conceito no âmbito da sociedade. Também acredito que não seja com discurso, com discussões, dentro dos diversos Legislativos do País, como também dentro da Câmara Federal, do Congresso Nacional, que se venha ganhar a respeitabilidade, perante a Nação brasileira. Parece-me que um dos assuntos que a Nação brasileira inteira está esperando para ver a postura dos Legisladores que elegeram, para ver a qualificação do Congresso que têm, para ver a coragem dos homens que devem representar o povo, é a votação que se fará do decreto que trata sobre o reajuste, até oitenta por cento do INPC, do salário dos trabalhadores. Nesse momento é que se vê o posicionamento do Legislativo. Porque é até desculpável determinados discursos mais inflamados ou menos inflamados dentro de um Parlamento. Mas, não é nessa hora que se vê a posição que um partido adota; não é nessa hora que se vê o real compromisso dos objetivos pregados e da doutrina partidária. É na hora de votar, quando o reflexo daquilo que se aprova ou se rejeita, se faz sentir, numa classe inteira.

Por isso que, associando-me ao seu pronunciamento que pede a valorização do Poder Legislativo na Nação, gostaria também de ficar como espectador, porque não temos mandato no plano federal, mas espectador quanto à postura que adotará o seu partido, que tantas e tantas vezes nesta Assembléia tem criticado com muito vigor, determinadas demissões de funcionários, que são trabalhadores e que num decreto aprovado, poderá prejudicar todos os trabalhadores da Nação brasileira, que já estão defasados nos seus vencimentos e que irão ficar mais defasados ainda, se não tiverem o reajuste que devem ter. E o pior de tudo isso, é que a aprovação desse decreto, limitando em oitenta por cento do INPC vai mostrar clara e sobejamente à Nação brasileira, que nós estamos de joelhos, frente às notícias internacionais, porque as notícias são fartas em mostrar que é exigência "sine qua non" do FMI, para a liberação da parcela de empréstimo que o Congresso Nacional, que é soberano de uma terra livre, venha a votar, em favor daquilo que eles querem e não em favor daquilo que a Nação brasileira de trabalhadores clama. Nessa hora, sim, o posicionamento dos representantes do povo de todos os partidos, têm a oportunidade de mostrar que o Congresso é livre, que o Legislativo é soberano e nós poderemos repudiar essa atitude que vai enegrecer, sem dúvida alguma o Parlamento brasileiro, por fazê-lo

subjugado aos interesses dos banqueiros internacionais.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Deputado Caíto Quintana, eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo dizer que eu também não concordo com a forma com que os assuntos da maior relevância e de alcance social abrangente, têm sido tratados pelo Governo Central.

Eu tenho dito muitas vezes que o Poder Legislativo precisa ser um poder forte, precisa recompor-se, readquirir acima de tudo a sua força, para que possa merecer a credibilidade devida junto ao povo.

De sorte que, este pronunciamento feito por nós a esta hora, é uma advertência que todos nós sobejamente sabemos, que o Poder Legislativo a nível municipal, estadual e federal, é um Poder sem poder e nós temos que urgentemente readquirir esta força, para que o mandato nosso tenha validade e traga realmente em seu bojo as conquistas, que os mais diversos segmentos da sociedade reclamam e com toda justiça têm direito a estas conquistas.

O Sr. Gabriel Manoel — Muito obrigado, Deputado Edgar Pimentel.

O Deputado Caíto Quintana, discorreu muito bem, porque ou nós reagimos agora contra os Delfins, contra os Langoes, que estão a nos entregar, entregar a Nação brasileira, sem mais nem menos, ao invés do nosso Delfim Netto, procurar cessar as mordomias, ele procura alijar o vencimento dos pobres funcionários e operários brasileiros. Vez primeira, em que eu digo a Vossa Excelência e Deputado do PMDB, aparteante, muito bem, enquanto tiver brasileiros, Legisladores que vêm de frente o perigo que nós estamos correndo, que saibam protestar e que sirva de aviso à nossa bancada também fazer coro com o que disse o Deputado Caíto Quintana para irmos com um só pensamento a dizer a Delfim Netto que cesse, que pare de tripudiar sobre o pobre do trabalhador brasileiro que está nos deixando ao léu da sorte; esses homens têm que ter protesto da ilustre bancada majoritária e da nossa minoritária, para verem que nós somos homens que sabemos discernir Srs. Deputados, querido amigo, companheiro de bancada, Edgar Pimentel. Muito bem, o Deputado Quintana discorreu sobre a barbaridade que querem fazer, porque não fecham os Congressos, porque não fecham as Assembléias, porque nós vamos ficar pasmados à frente de um achatamento de vencimento dos coitados que não têm dinheiro nem para sustentar suas famílias, faz muito bem Vossa Excelência e apenas uma sugestão do Deputado roceiro, que se faça da nossa bancada a opinião do Deputado Quintana, num só pensamento, num volume global e num bloco monolítico, protestante contra o achatamento dos vencimentos dos operários, havemos de não ficar de joelhos, havemos de dizer ao Sr. Delfim Netto, que chega, que basta, nem que para isto custe o nosso sacrifício e não custe o sacrifício do povo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Muito obrigado ao Deputado

Gabriel Manoel e eu concedo um aparte ao ilustre Deputado Odeni Mongrue.

O Sr. Odeni Mongrue — Deputado Edgar Pimentel, eu gostaria de destacar a intervenção que Vossa Excelência promove neste instante na tribuna, trazendo a uma reflexão profunda a cada um dos seus companheiros que aqui se encontram, independentemente de cores partidárias.

Vossa Excelência tem dado demonstrações inequívocas e é uma pessoa que se preocupa sobremodo antes de tudo com questões de ordem ética e de ordem moral e que eu acredito

que esteja, neste momento, sendo ponto fundamental que coloca a sociedade brasileira em situação aflitiva.

Talvez, seja essa a crise mais contundente que assola o homem brasileiro no presente momento. E eu tenho verificado que sempre que Vossa Excelência intervém não só na tribuna, mas nos contatos com a bancada e nos contatos aqui na Casa de um modo geral e no seu comportamento na sociedade global que Vossa Excelência tem-se demonstrado sempre em atalaia e sempre em alerta com relação a essas fraquezas humanas que dizem, em grande parte, da situação aflitiva que vive este País.

Quando temas aqui são levantados. Temas que eu diria verdadeiros são levantados pela bancada do PMDB e não apenas por eles, porque, tantos companheiros nossos têm levantado esta voz, eu gostaria de salientar que ninguém desconhece a oportunidade, a contundência dos temas levantados. Há, creio eu, consciência total em cima deles. O que realmente me preocupa, são as intenções, levadas a efeito em matéria de cunho verdadeiro, porém de forma intencional, de forma interesseira, de maneira oportunista, nós temos assistido seguidas vezes, a manifestação da tribuna, que não busca o encontro de solução de nossos problemas, mas com objetivo como aquele que joga e faz o seu lance, trazer de temas verdadeiros, falsas versões, como a integrar na competição do Parlamento aqueles que não pertencem à sua própria bancada, a responsabilidade de todos os males e todos os danos que vivem aflitivamente a sociedade brasileira.

E vejo que na sua manifestação, está acima de tudo um apelo no sentido que se estabeleça tanto quanto possível, pelo menos entre os homens de bem, o chamado estado de consciência. O estado em que as pessoas de forma responsável, numa atitude humana e cristã, com seriedade e responsabilidade, busquem juntas o encontro de soluções.

Quero crer eu, que não tenha hoje nesta Casa, e no Parlamento de um modo geral, neste País, pessoas que desconheçam a situação que nós estamos vivendo. Que tenham dúvidas a respeito da conscientização dos problemas que afligem o homem deste País. O que quero crer, é que seja necessário que com a consciência do problema busquem a solução. Mas, esta solução não será encontrada enquanto o interesse individual, o interesse de pequenos grupos se sobrepõem às causas mais nobres e mais sérias da sociedade.

É indispensável, deputado Edgard Pimentel, que a sua manifestação, que vem impregnada até de certa ingenuidade, poderia alguém dizer, encontre ressonância no coração dos homens de bem.

Nós não temos a solução. O PMDB também não tem a solução para os problemas da sociedade brasileira. Tem propostas. Nós respeitamos as propostas do PMDB e queremos que as nossas propostas, também sejam respeitadas, porque a solução será encontrada na medida em que o respeito prevalecer na relação entre os homens políticos detentores de mandatos e políticos sem mandato, porque a sociedade é antes de tudo um exercício de convivência. Ou nós aprenderemos a reconhecer as nossas falhas, a compreender as nossas limitações e juntos buscaremos a solução que ninguém a possui, "a priori", ou nós não conseguiremos ultrapassar esta fase difícil, que hoje macula a consciência e o coração de cada um neste País.

Deputado Edgard Pimentel, receba mais uma vez a minha manifestação de apreço e de consideração e queira Deus que dessa sua intervenção nesta Casa, na tarde de hoje, traga o equilíbrio psicológico de cada um de nós, uma contribuição expressiva, para que possamos, superando as nossas limitações e para que possamos juntos encontrar o caminho que nos leve, senão à superação definitiva dos nossos problemas maiores, com espe-

rança atenuar, consideravelmente, estes aspectos negativos. Meus parabéns, deputado.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, deputado Odeni Mongruel, e concluindo, ocupando esta tribuna, queríamos fazer um alerta, para que possamos reconquistar, se este seria o termo mais ajustado o Poder do Legislativo, que como disse anteriormente, se encontra hoje, um poder sem poder, porquanto se percebe que o Executivo governa através de decretos, sem consulta prévia ao Legislativo, e isso tem feito com que a Nação brasileira, sem ter podido ser ouvida, através de seus legítimos representantes, as pessoas que têm um poder outorgado pelo povo, através do voto universal, voto popular, voto secreto, que são os deputados, que são os vereadores, enfim todo o homem que conquista o poder através do voto popular, essas pessoas têm o direito de reclamar, como deputados, vereadores, deputados federais, senadores têm o direito de reclamar participação nas grandes questões que envolvem, não só a sociedade municipal e estadual, mas a sociedade brasileira como um todo.

De sorte que é preocupante a gente perceber que a classe política, representada pelo Legislativo, encontre-se hoje quase que marginalizada diante dos homens que concentram o poder, dos homens que governam através de decretos, sem consulta àqueles que de fato podem emprestar contribuição preciosa na busca de soluções que venham a atender o nosso povo nos mais diversos segmentos da sociedade e que venha realmente minimizar o sofrimento da sociedade brasileira.

O Sr. Tuguio Setogutte — Permite um aparte?

O SR. EDGARD PIMENTEL — Com todo prazer, deputado Tuguio Setogutte.

O Sr. Tuguio Setogutte — Deputado Edgard Pimentel, nós que temos acompanhado o seu trabalho na tribuna e através da apresentação de seus requerimentos, das suas proposições, muito bem sustentadas, e hoje traz a esta Casa o necessário apelo, para que realmente a Casa Legislativa conquiste o lugar de que é merecedora e almejado por todos nós, que de todas as regiões do Paraná para aqui viemos, sustentados por uma votação, com maior e menor dificuldade, e que queremos com nosso trabalho, prestar serviços à sociedade paranaense, mas que, infelizmente, não temos sido atendidos.

Ainda há pouco Vossa Excelência aparteado que foi, pelo deputado Caíto Quintana, quando dizia do propósito de se fazer realmente com que este poder, a nível federal, fosse ouvido, para que pudesse expressar a sua viva voz e seu pensamento, através da sua votação do interesse da população brasileira quando nós ouvimos do nosso companheiro, deputado Odeni Mongruel, o seu posicionamento e seu apoio para suas palavras e os seus princípios de atuação nós queríamos aqui, na oportunidade deste aparte que nos é dado por Vossa Excelência, lembrarmos das dificuldades, inclusive do nosso trabalho.

O esforço que esta Casa está fazendo para dar as condições necessárias aos elementos, não apenas burocráticos, mas aos próprios deputados, para que eles tenham todas as condições de bem desempenhar o seu trabalho numa Casa Legislativa, nos é tolhido pelo Poder Executivo mais do que nunca e nesta tribuna, por mais vezes aqui estarei, sempre para dizer da nossa decepção quanto ao Poder Executivo. Eis que, ainda há mais de 40 dias, solicitamos uma assessoria para que pudéssemos realmente levar as reivindicações do povo através da nossa palavra, reivindicações das mais justas, levando-lhe as mais alvissareiras notícias, para que eu pudesse ter, embasado num companheirismo de um amigo que há muito acompanha o seu trabalho através da Secretaria da Agricultura, a oportunidade de estar conosco, para que pudéssemos trabalhar, porém, não nos foi dada resposta até a presente data.

Acredito e formulo o apelo mais uma vez através da presidência da Casa, através da liderança do seu partido, para que olhe com carinho para o nosso trabalho, para que possamos

apresentar ao povo deste Estado, pois aqui viemos para trabalhar em conjunto, deputados, assessorias e a Mesa diretiva da Casa. Faço mais uma vez, através deste aparte, este apelo, para que a Secretaria da Agricultura reformule o seu pensamento e nos dê a oportunidade para que possamos, juntos e irmanados, levar avante o princípio fundamental da independência dos poderes, quer Judiciário, quer Executivo e principalmente nós que pertencemos a este, por que não dizer neste momento, falido Poder Legislativo do Paraná! — Muito obrigado.

O SR. EDGARD PIMENTEL — Endereço agradecimentos ao deputado Tuguio Setogutte, pelo seu oportuno aparte.

O Sr. Ezequias Losso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Nobre deputado Edgard Pimentel. Verificamos nesta tarde, em seu pronunciamento, a grande vocação que o trouxe a esta Casa de leis, procurando trazer pronunciamentos sérios, ponderações abalizadas para que...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta presidência comunica que o tempo destinado à liderança do PDS está esgotado, no entanto concede mais um minuto para as conclusões.

O Sr. Ezequias Losso — Apenas para concluir se me permite, nobre deputado Edgard Pimentel, desejo dizer da nossa admiração pelo trabalho que Vossa Excelência tem desenvolvido, e pela oportunidade do pronunciamento que Vossa Excelência trouxe aos srs. deputados, nesta tarde.

Fazemos votos que haja repercussão nos canais competentes, para que assim possamos, com felicidade, ver resultados!

O SR. EDGARD PIMENTEL — Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do sr. deputado Roberto Requião, devidamente apoiado, constante do expediente.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 45/83, (Mensagem nº 46/83, ex-Proposição nº 43/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convenios celebrados entre o Estado do Paraná, em 07 de março de 1983, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras, em conformidade com o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Nordeste do Paraná — PRONOROESTE.— Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/83, (Mensagem nº 58/83, ex-Proposição nº 59/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio nº 20/83, celebrado em 11/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o município de Nova Cantu, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município.— Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requeri-

mento de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Diomira Moletta Fogiatto, ocorrido no município de São José dos Pinhais.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José de Paula, ocorrido no dia 02 do corrente mês.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do "Dia do Padre", ocorrido no dia 07 de agosto do corrente ano.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando voto de congratulações com o dr. Alberto Garcez Duarte, por sua eleição à presidência da Acepar.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando a concessão pelo governo federal, através da Caixa Econômica Federal, de financiamento especial, para aquisição de carro a álcool para viajantes comerciais e corretores de imóveis.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, visando alocação de verbas destinadas ao município de Mariluz.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo estudos para liberação de verbas, destinadas à Escola Cenequista Felipe Camarão, no município de Araruna.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao Decreto-Lei Federal nº 2.045/83, bem como dê-se ciência aos srs. presidentes da Câmara Federal e Senado da República, e lideranças daquelas Casas.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando um voto de agradecimento a Senora Alexandrina Sessak, que coordenou uma campanha de ajuda aos flagelados do Sul, onde foi auxiliada pelo Lions, Rotari, Club dos Lojistas, Associação das Senhoras Rotarianas de Apucarana.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. diretor geral do DNOS, encarecendo providências no sentido de ser feita uma drenagem no rio "Ribeirão Caviúna", no município de Apucarana.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário dos Transportes, encarecendo estudos para o asfaltamento das estradas KL-001 (Peabiru-Quinta do Sol) e KL-002 (Peabiru-Barbosa Ferraz), no município de Peabiru.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja oficiado expediente ao sr. presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a importância da instalação da comarca de Rio Branco do Sul, com brevidade.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 129º aniversário da Polícia Militar do Paraná, no próximo dia 10 do corrente mês, bem como dê-se ciência do

mesmo ao sr. comandante geral daquela corporação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, com apoio de diversos srs. deputados, constante do expediente solicitando voto de congratulações ao Partido dos Trabalhadores — PT, pela demonstração de civismo e coragem patriótica manifestado na defesa intransigente dos ideais de liberdade, justiça e democracia, que são profundos anseios deste aviltado povo brasileiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 45 e 58/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 61, 62 e 63/83.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 512/83

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar IGNÁSIO KAMPA, funcionário contratado deste Poder, como Atendente da Administração, para prestar serviços no gabinete da Diretoria Geral, a partir de 1.º de agosto de 1983. (Protoc. nº 7039).

PORTARIA Nº 513/83

designar JACKSON MIGUEL BADUY, funcionário contratado como Médico deste Poder, para prestar serviços junto ao Serviço Médico, a partir de 02 de agosto de 1983. (Protoc. nº 6947).

PORTARIA Nº 514/83

antecipar para o período de 02 de agosto a 1.º de setembro de 1983, as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária JÚLIA KOLINSKI DE PAULA, matrícula nº 560, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 7064).

PORTARIA Nº 515/83

conceder à funcionária MARIA NEIDE BOZA STIVAL, matrícula nº 221, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 02 de agosto de 1983. (Protoc. nº 7042).

PORTARIA Nº 516/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 058/81, ao funcionário SÉRGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. nº 5615).

PORTARIA Nº 517/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO, matrícula nº 437, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de

dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar. (Protoc. nº 6830).

PORTARIA Nº 518/83

I — revogar a Portaria nº 176/83, que designou para prestar serviços no gabinete do Deputado Francisco Escorsin, o funcionário JOSÉ LUIZ RAMUSKI, contratado deste Poder; e,
II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços no gabinete da Consultoria Legislativa. (Protoc. nº 6529).

PORTARIA Nº 519/83

I — revogar a Portaria nº 201/83, que designou para prestar serviços no Departamento de Finanças, o funcionário ANNIBAL DUMONT, contratado deste Poder; e,
II — designar o citado funcionário para prestar serviços junto ao Fórum de Debates. (Protoc. nº 6645).

PORTARIA Nº 520/83

conceder à funcionária AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula nº 079, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1.º de agosto de 1983. (Protoc. nº 6991).

PORTARIA Nº 521/83

retificar nos assentamentos funcionais, o nome de Maria Elisa Rebello, matrícula nº 606, ocupante do cargo de Taquígrafo "B", do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para Maria Elisa Rebello Borges, que passou a assinar por motivo de casamento. (Protoc. nº 6471).

PORTARIA Nº 522/83

I — A Comissão Especial de Programa Fórum de Debates, criada pela Portaria nº 233/83, e reformulada pela Portaria nº 304/83, passa a se chamar COMISSÃO DE PROMOÇÕES ESPECIAIS, com a seguinte composição:

Presidente: DIRETOR GERAL

Coordenador: RAFAEL DE LALA SOBRINHO

Membros: EDOUARD ELIAS THOMÉ

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS

GILBERTO DAROS

MILTON LUIZ CLEVE KUSTER

II — Servirão na Coordenadoria da Comissão os funcionários designados pela Portaria nº 467/83, e outros que forem mandados servir por ato da Diretoria Geral.

PORTARIA Nº 523/83

designar JUÇARA REGINA MATTOS, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, como Datilógrafa, para prestar serviços no gabinete do Deputado José A. Fonseca, a partir de 03 de agosto de 1983. (Protoc. nº 6949).

PORTARIA Nº 524/83

autorizar RENATO MÁRIO MIGUEL, funcionário contratado deste Poder, a prestar quarenta (40) horas extras mensais, a partir de 1.º de agosto de 1983.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de agosto de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA

DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 479/83

designar os funcionários abaixo relacionados para comparecimento a curso de formação policial, ministrado pela Escola de Polícia Civil do Paraná, no período de 04 a 27 de julho de 1983, com aulas nos horários das 14 às 17,40 e 19,30 às 22,20

horas, diariamente, ficando dispensados de comparecimento ao expediente normal, mediante posterior comprovação de frequência ao curso:

OSVALDO DO CARMO
ARIOVALDO F. DE BARROS
FIRMINO JOSÉ DE SOUZA
NILSON ANTÔNIO BRITTA
ROGÉRIO DE MACEDO POSTAREK
EDSON ALMIR DUARTE
LUIZ AGOSTINHO DA SILVA
ADEMIR ALVES DUARTE

PORTARIA N.º 480/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula n.º 366, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar. (Protoc. n.º 6055).

PORTARIA N.º 481/83

conceder à funcionária HELENA REGINA STEPHAN, matrícula n.º 076, ocupante do cargo de Assessor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 1.º de agosto de 1983. (Protoc. n.º 6186).

PORTARIA N.º 482/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GABRIEL LUIZ FRANCESCHI, matrícula n.º 512, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1981, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 6056).

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de julho de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 483/83

conceder, nos termos do Art. 4º e § 1º, da Resolução n.º 2/64, que mesmo revogado pela Resolução n.º 5/69, de 28 de abril de 1969, assegurou os direitos até então adquiridos, a ARISTEU DA SILVA BERGER, matrícula n.º 021, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo trienal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 18 de abril de 1978. (Protoc. n.º 3226).

PORTARIA N.º 484/83

conceder ao funcionário JOSÉ ARY NASSIFF, matrícula n.º 272, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 11 de julho de 1983. (Protoc. n.º 6377).

PORTARIA N.º 485/83

designar JAIRO GUAREZI, funcionário da Fundepar, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Deputado Péricles Pacheco, até 31 de dezembro de 1983. (Protoc. n.º 4252).

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1983.

CLOVIS STADLER DE SOUZA
DIRETOR GERAL

DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	94.934.767,25	PESSOAL	
		211.101 – Venc. e Vantagens Fixas	742.700.000,00
		211.102 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
		211.103 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -
		211.104 – Outras Obrigações Patronais	27.700.000,00
		211.105 – Inativos	237.000.000,00
		211.106 – Pensionistas	66.300.000,00
		211.107 – Salário-Família	5.800.000,00
		211.108 – Outras Transf. a Pessoas	- 0 -
	94.934.767,25		1.079.500.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 – Venc. e Vantagens Fixas	724.126.976,03	211.201 – Material de Consumo	31.000.000,00
202.111.12 – Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.202 – Serv. de Terceiros e Encargos	297.820.000,00
202.111.21 – Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.203 – Desp. dos Exc. Anteriores	1.500.000,00
202.111.22 – Outras Obrigações Patronais	24.667.085,24	211.204 – Subvenções Sociais	55.680.000,00
202.112 – Material de Consumo	31.671.169,03	211.205 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.113 – Serviços de Terceiros e Encargos	320.711.390,81	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00
202.114 – Desp. dos Exerc. Anteriores	1.689.998,26		400.000.000,00
202.121 – Subvenções Sociais	55.680.000,00	CAPITAL	
202.122.1 – Inativos	236.537.788,33	211.301 – Obras e Instalações	36.500.000,00
202.122.2 – Pensionistas	65.445.964,00	211.302 – Equip. e Material Permanente	7.500.000,00
202.122.3 – Salário-Família	4.794.680,60		1.523.500.000,00
202.122.4 – Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -	CREDITORES	
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	14.000.000,00	212.101 – Despesas Empenhadas	70.733.371,11
202.122.6 – Outras Transferências a Pessoas	189.554,98	213.101 – Despesas Processadas	25.210.836,00
202.131 – Obras e Instalações	36.490.906,90	213.20 – Folha de Pagamento	4.112.328,00
202.132 – Equip. e Material Permanente	16.961.780,00	213.20 – Restituições	142.626,62
			142.626,62
	1.532.967.294,18	CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	1.010.185,44
CONTAS PENDENTES			1.010.185,44
203.202 – Div. Responsáveis	578.069,00	RESTOS A PAGAR	
203.101 – Despesas Diferidas	- 0 -	216.10 – Empenhadas	3.363.267,40
203.201 – Outras Contas Pendentes	- 0 -	216.209 – Processadas Creditores	407.515,86
		216.30 – Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 – Proccs. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	104.980.130,43
			- 0 -
			104.980.130,43
TOTAL DO ATIVO	1.628.480.130,43	TOTAL DO PASSIVO	1.628.480.130,43

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 07 de junho de 1983.

(a) DIRETOR FINANCEIRO

(a) CONTADOR GERAL

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE MAIO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Caixa	220.157,00	Seguro - Apólice 1331	103.820,00
Banco do Estado do Paraná - Ag. Centro Cívico	148.567,41	Retenção IR Fonte	588.185,00
			692.005,00
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná - Poupança	264.700.035,78	Patrimônio líquido	285.193.961,18
Caixa Econômica Federal - Poupança	50.803.491,64		
Valores Mobiliários	13.687.978,95		
Empréstimos Concedidos	15.572.184,42		
	344.763.690,79		
IMOBILIZADO		RECEITA	
Móveis e Utensílios	30.100,00	Renda de Contribuições	25.510.127,00
		Renda de Títulos	70.173.786,63
		Juros de Empréstimos	5.811.992,34
			101.495.906,02
DESPESA			
Inativos	41.969.911,00		
Serviços de Terceiros	94.272,00		
Materiais de Consumo	30.400,00		
Seguros	124.499,00		
Despesas Bancárias	275,00		
	42.219.357,00		
TOTAL	387.381.872,20	TOTAL	387.381.872,20

Racoonhecemos a exatidão do presente balancete, cujos valores somam a importância de Cr\$ 387.381.872,20 (trezentos e oitenta e sete milhões, trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e setenta e dois cruzeiros e vinte centavos).

(a) **TÉRCIO ALBUQUERQUE**
 Tesoureiro

(a) **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
 Presidente

(a) **VICENTE PASCHOAL RODACKI**
 Contador CRC-PR 6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL			
Banco do Estado do Paraná - Ag. Centro Cívico	26.463,71		
REALIZÁVEL			
Banco do Estado do Paraná - Poupança	264.700.035,78		
Caixa Econômica Federal - Poupança	50.803.491,64		
Valores Mobiliários	14.007.109,50		
Empréstimos Concedidos	44.948.432,42		
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Inativos	43.344.919,00		
Serviços de Terceiros	377.864,00		
Materiais de Consumo	211.600,00		
Seguros	147.795,00		
Despesas Bancárias	580.275,00		
TOTAL	419.178.086,05		
		EXIGÍVEL	
		Seguro - Apólice 1331	54.770,00
		Banco do Estado do Paraná	
		C/Empréstimo	27.318.692,00
			27.373.462,00
		PATRIMÔNIO	
		Patrimônio Líquido	285.193.961,18
		RECEITA	
		Renda de Contribuições	29.109.021,00
		Renda de Títulos	71.292.917,53
		Juros de Empréstimos	6.208.724,34
			106.610.662,87
		TOTAL	419.178.086,05

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 419.178.086,05 (quatrocentos e dezenove milhões, cento e setenta e oito mil, oitenta e seis centzeiros e cinco centavos).

(a) TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI
Contador CRC-PR 6635